

Foi estupro ou apenas uma piada? Os embates midiáticos, políticos/militantes e judiciais em torno de um caso público

Was it a rape or a joke? Media, political/activist and juridical confrontations around a public case

Ana Carolina Braga Azevedo



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/5698>

DOI: 10.4000/pontourbe.5698

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Ana Carolina Braga Azevedo, « Foi estupro ou apenas uma piada? Os embates midiáticos, políticos/militantes e judiciais em torno de um caso público », *Ponto Urbe* [Online], 23 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado o 10 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/5698> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.5698>

Este documento foi criado de forma automática no dia 10 dezembro 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Foi estupro ou apenas uma piada? Os embates midiáticos, políticos/ militantes e judiciais em torno de um caso público

*Was it a rape or a joke? Media, political/activist and juridical confrontations
around a public case*

Ana Carolina Braga Azevedo

Introdução

- 1 Este artigo procura entender, a partir da análise sobre a circulação do caso de um ator¹, as disputas por significados em torno das categoriais de *estupro*, *violência sexual* ou de *gênero*, *crime*, *sexo com/e sem consentimento*, *apologia ao estupro*, *cultura do estupro*, *vítima* e *estuprador* que ocorreram a partir da interação entre os portais online de imprensa comercial hegemônica² e não hegemônica³ (jornais, canais de televisão e *blogs*); mídias alternativas⁴ (*blogs* feministas ou não; revistas; páginas de coletivos ligados a movimentos sociais ou/e a movimentos feministas na *Facebook*⁵); e movimentos sociais ligados ou não a movimentos feministas. Além dessas interações, o trabalho procura analisá-las em conjunto com os pronunciamentos de figuras políticas e a interação desses setores com o judiciário.
- 2 Penso esses diversos setores como parte da esfera pública a partir da crítica de Nancy Fraser (1990), que irá tratar movimentos sociais, que pode ter um caráter ativista, como parte minoritária da esfera pública, denominando-as como “contra-público”, movimentos que operem em conflito com a esfera pública hegemônica. Embora possuam alcance social e poder assimétricos, esses setores se enfrentam constantemente, sofrem então, processos de influências mútuas, o que acaba produzindo pequenas cedências (Almeida 2013). Entendo que as categorias, aqui

apresentadas, ligadas à violência sexual estão em processo de transformação ou constituição; e que tais noções anteriormente não eram necessariamente significadas desta forma e que há um processo de transformação social notável nas mídias alternativas ligadas ou não a movimentos sociais (Almeida 2017).

- 3 O campo tem início em 25 de fevereiro de 2015, após a reprise da entrevista na qual o ex-ator de telenovelas, atual deputado federal pelo Partido Social Liberal, revela narrando de modo jocoso “ter pegado uma mãe de santo” no extinto programa de entrevistas *Agora é Tarde*⁶ da Rede Bandeirantes⁷ - programa que se enquadrava no gênero *late-night talk show*⁸. Durante a entrevista o apresentador Rafael Bastos pede para o ator contar uma história engraçada da sua vida; e ele começa: “eu comi uma mãe de santo”, contextualiza a história e diz que não resistiu e ficou excitado ao ver as “curvas” do seu corpo, e que o desejo incontrolável o fez virar a mãe de santo de costas, colocá-la de quatro, erguer sua saia, agarrá-la e segundo ele “mandar ver”, “sapequei ela, fiz tanta pressão na nuca dela... que ela apagou, dormiu”. Durante a descrição e tentativa de reinterpretação da cena, o ator, o apresentador - que não se ausenta durante a revelação, fazendo comentários sarcásticos - e a plateia riem incessantemente.
- 4 Essa entrevista repercutiu nas redes sociais, *Facebook* e *Twitter*, que fez gerar visibilidade do caso na mídia comercial. Nessa primeira fase do campo uma militante feminista ligada ao Partido Socialismo e Liberdade, posteriormente eleita deputada federal, entra em cena acusando o ator de *estuprador* o que gera um inquérito policial por calúnia e difamação contra a militante, posteriormente arquivado. Já a segunda parte do campo tem início em 2016 e término em 2017, quando uma ex-ministra do Partido dos Trabalhadores acusa o ator de ter feito *apologia ao estupro*; o caso vai parar na justiça.
- 5 A metodologia utilizada na pesquisa foi uma análise qualitativa e crítica da entrevista em questão, pensando a cena a partir das ambiências e artifícios utilizados que são fundamentais para entender a lógica que permite que a cena seja contada com humor, ainda que possa ser interpretada como uma cena de estupro. Foi feita uma análise dos discursos/pronúncias no *Facebook*, no *Twitter*, na mídia comercial e alternativa dos principais atores, levando em conta trajetórias pessoais e os processos jurídicos que compuseram o caso. Para análise das narrativas produzidas pelas mídias organizei os conteúdos produzidos em duas tabelas qualitativas, uma para o material produzido pela mídia comercial e outra para a alternativa; os conteúdos foram organizados a partir de critérios que permitiram a comparação. Compreendo que o *online* não é simplesmente um fenômeno que o contexto *off-line* pode explicar diretamente, segundo Miller e Slater (2004) : os dois contextos se imbricam em relações complexas de implicações mútuas, estão em relação de continuidade em um “continuum on/off-line” (Parreiras 2008; Beleli 2015).

A “piada” e a violência

Fiquei olhando aquele bundão! Vou comer!
Peguei o braço dela, “botei” ela de quatro.
Ergui sua saia, agarrei, mandei ver!
Gozei!
Era tanta pressão que ela apagou
Larguei no chão

Levanta filha da puta!

- 6 As frases acima foram ditas e encenadas pelo ator durante a entrevista no *Agora É Tarde*, que foi transmitida pela primeira vez no dia 22 de abril do ano de 2014 (nesta primeira exibição não houve repercussão). Em 25 de fevereiro de 2015, a mesma entrevista é reprisada e gera grande impacto nas redes sociais⁹, *Facebook* e *Twitter*, a maior parte dessas manifestações/produções interpretava a história como uma cena de estupro¹⁰, ou melhor, como a confissão de um estupro, qualificando o ator como estuproador e em alguns momentos como racista. Uma página feminista e antirracista no *Facebook* posta parte da entrevista e produz uma legenda própria: “comeu” ou estuprou!?!; não houve consentimento; o cara apagou a mãe de santo com violência; aplausos calorosos a uma cena de estupro; é isso que a sociedade faz com o machismo e o racismo, aplaude. Esse vídeo teve 3.019.363 visualizações, 15 mil curtidas, 7,5 mil comentários e 27.407 mil compartilhamentos¹¹. Essas produções também acusam o ator, o apresentador, o programa e as mídias comerciais como responsáveis por naturalizar certos fatos relacionados à violência sexual, como (re) produtoras da cultura do estupro:

(...) Está na hora dos veículos de comunicação assumirem sua responsabilidade como patrocinadores da violência contra a mulher. Isso NÃO É ENTRETENIMENTO.
(Publicação na página do coletivo feminista no Facebook).

- 7 A indignação desses setores diante de tal entrevista parte do fato de tal cena ter sido contada aos risos e em um canal aberto. Para esses setores foi uma cena de estupro e não se questiona se tal história é fictícia ou real; também não se explica o que é estupro. O esforço empreendido por esses setores busca que a mídia hegemônica, o ator e o programa reconheçam que tal história foi estupro e que se reconheçam enquanto produtoras da cultura do estupro. Pude perceber também, através dos dados coletados, que a narrativa desenvolvida por esses setores é sempre coletivizada: há sempre uma prestação de solidariedade à dor sofrida pela mãe de santo e à dor sofrida por todas aquelas que já sofreram as consequências da cultura do estupro. Efrem Filho (2017) demonstra que a luta por justiça também requer a disputa pela legitimidade de a vítima ser uma vítima. Pensando na categoria vítima e o fato do caso não apresentar uma vítima que tem rosto e identidade, pude perceber um esforço desses movimentos sociais na construção de não apenas de uma vítima, mas de vítimas. Pois a intenção desses movimentos sociais é a construção da categoria cultura de estupro e não apenas estupro, categoria que une todas as mulheres e nos faz todas nós vítimas. Sarti (2014) ressalta que a construção da figura da vítima é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade, por isso o esforço constante da construção de vítimas, neste caso.
- 8 A maior parte dessas produções começa com as estatísticas lamentáveis sobre estupro no Brasil, como a do coletivo: *No Brasil, uma mulher é vítima de violência sexual a cada 12 segundos. A mídia em geral cumpre com um papel muito negativo de naturalização da violência contra a mulher*; e lamentam que a mídia tenha esse papel na produção dessas violências, como ressalta o post do coletivo feminista. Algumas produções trazem relatos pessoais mostrando como a cultura do estupro opera; como por exemplo, a postagem feita no blog de outro coletivo feminista: *a brutalidade é parte do fetiche, é natural estupro e achar que foi sexo, que não foi violento*. Lynn Hunt (2009) destaca a importância das narrativas pessoais presentes em romances para criar um senso de igualdade a partir da identificação e assim a construção da empatia em relação ao outro. Segundo Maria Rita Kehl (apud Sarti 2011: 93) solidariedade é um sentimento em relação a alguém considerado como igual, ou seja, supõe, em algum nível, uma identificação. Essas

construções narrativas, na intenção de criar uma empatia em relação às vítimas da *cultura de estupro*, acabam silenciando e apagando outros elementos presentes na figura da mãe de santo, a questão do preconceito religioso e racial.

- 9 Foi somente a partir dessas movimentações nas redes sociais por parte de setores ligados a movimentos sociais que a mídia comercial se pronuncia sobre o caso. As primeiras produções giram em torno do questionamento se tal história seria real ou não. A mídia comercial não “compra” o discurso desses movimentos sociais, mas as disputas produzem pequenas cedências. Muitas narrativas midiáticas demonstraram insensibilidade ao caso, pois problematizaram a noção de violência sexual, revelando os dilemas de construções de gênero e os padrões hegemônicos e os conflitos sociais referentes a comportamentos adequados para homens e mulheres, ou à normatividade de gênero (Butler 2017). Um exemplo dessas cedências é a mudança de narrativa sobre o caso construída pelo portal *Uol*. No dia 22 de abril do ano de 2014, ano da primeira exibição da entrevista, não houve repercussão nas redes sociais, e o portal *Uol* produziu uma matéria na seção *TV e famosos*, cujo título foi: “*Eu já transei com uma mãe de santo*”, *revela (nome do ator) na TV*. A matéria corta alguns trechos da entrevista e a reconstrói formando uma narrativa que dá a entender que a cena é sobre a revelação de uma “transa” engraçada e espontânea ocorrida na vida do ator. Ou seja, nessa primeira narrativa a história foi tratada como real, como fofoca de sexo.
- 10 Já em 2015, na reprise da entrevista, após e somente por causa da repercussão nas redes sociais, a narrativa se transforma. O portal *Uol*, na mesma seção *TV e famosos*, produz uma matéria, divulgada no dia 2 de março, cujo título foi: *(nome do ator) narra suposto estupro na TV e é criticado nas redes sociais*. Nessa segunda narrativa, o tamanho da matéria triplica e em vez dos cortes apresenta quase a transcrição inteira dessa parte da entrevista, traz também os pronunciamentos dos coletivos feministas e os comentários de Rafael Bastos dizendo que a história não passa de uma brincadeira. Nessa segunda narrativa, o portal trata a história como um *possível estupro*, pois não dá para entender se *houve ou não consentimento* no ato sexual. Essa pressão provocada por movimentos sociais, políticos e nas redes sociais faz com que a mídia comercial produza um conteúdo bem diferente do produzido anteriormente - fica evidente a mudança, vai do termo “*transei*” para um “*suposto estupro*”. Além disso, há um reconhecimento de que o *consentimento* é parte fundamental da definição de *estupro*. Fica evidente o quanto a mídia é produtora de ideias culturais acerca do feminino e do masculino, como uma “tecnologia de gênero” (De Lauretis 1994) e como parte da construção da realidade social e cultural (Almeida & Marachini 2017).
- 11 Essa repercussão do caso na mídia comercial fez gerar novas movimentações por parte dos setores sociais ligados a movimentos sociais e feministas. Na madrugada do dia 2 de março de 2015, após alguns jornais publicarem matérias sobre o caso, a atual deputada federal pelo PSOL, cria um evento no *Facebook* intitulado “*Mutirão para levar (nome do ator) para o Camburão. ESTUPRO É CRIME*”, 5,7 mil usuários confirmaram presença no evento. Em entrevista, a militante feminista nos conta que na época que fez o evento com sua colega de militância estava: “na moda fazer eventos de mentira, de brincadeira com alguma temática (...) virou um método, uma ferramenta muito utilizada criar eventos no *Facebook*”, então resolveu criar esse evento com a intenção de “fazer uma campanha *online*”. Essa nova movimentação, além de buscar o reconhecimento dessas categorias citadas acima, mostra uma luta por justiça, querendo responsabilizar o programa e punir o crime cometido pelo ator:

Estupro não é piada, estupro é crime! É inaceitável que (nome do ator) relate em rede nacional que estuprou uma mulher, faça piada com o abuso e saia impune. Vamos denunciar nas redes esse absurdo e fazer um grande mutirão para levá-lo ao camburão. (descrição do evento “Mutirão para levar (nome do ator) para o Camburão. ESTUPRO É CRIME!”).

- 12 A atual deputada federal faz também um abaixo assinado *online* que foi entregue ao Ministério Público de São Paulo pedindo que tal história seja averiguada e o ator condenado pelo crime de estupro. Essa movimentação faz o ator produzir respostas: uma delas é abrir um inquérito policial por calúnia e difamação contra a internauta. O inquérito não foi adiante. A defesa alega que a história é falsa, que foi apenas uma piada muito bem contada. O ator diz que a prova de que a história é falsa é que a mãe de santo não existe, ela não tem nome na história, porque seria fictícia. Ou seja, para ele é injusto o acusarem de estuprador, “*não vou me calar diante dessa brutalidade*”:

Não pensaram na minha família, filhos em colégios, esposa etc... Eu não vou aceitar a calúnia levantada a meu respeito de uma história de ficção, uma piada, (gostar ou não todos têm direito), estamos em um Estado democrático, criticar ok, julgar jamais.

- 13 Os discursos e as disputas promovidos pelo ator frente às acusações giram em torno da questão da liberdade em roteirizar. A “injustiça” está no ato de julgar uma piada e condená-lo por isso. A partir desses discursos sobre liberdade e sobre moralidade – “não pensaram em minha família”, “criticar ok, julgar jamais” – ele se constrói enquanto a “verdadeira” vítima da história. Aqui o ator reivindica a “liberdade” em produzir humor e não ser julgado moralmente por ele. Esse discurso moralizador tem como efeito regular, fazer calar aqueles discursos que o criticaram, como um discurso que avalia, julga e sanciona normas sociais (Fassin, 2008). A partir dessa movimentação, a acusação passa de *estupro* para *apologia ao estupro*; a categoria *cultura do estupro* continua sendo usada por esses movimentos. Esse primeiro ciclo de produções por parte de movimentos sociais e pela mídia sobre o caso e seus desdobramentos se encerra alguns meses depois. *Agora É Tarde* é extinto em 27 de março de 2015, após um mês de polêmica entre os setores.
- 14 Os discursos morais e moralizantes não se encerram nas declarações do ator, sua trajetória profissional atestou importância para entender o caso e as narrativas construídas pelas mídias comerciais sobre o caso, a maioria das matérias parte de discursos morais sobre a trajetória profissional do ator. Qualificam o ator como “ator-pornô” ou como “ex-ator pornô” na intenção de desqualificar seu discurso, por conta desta “imoralidade”; e em algumas produções explicam o ato, o estupro, através de sua trajetória: estupro por conta da sua depravação. Por isso a importância de pensar a sexualidade através de um sistema de poder que recompensa e incentiva alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo, que pune e suprime outros (Rubin 2017). Essa lógica que pune e regula essas práticas também ajuda na construção da figura do autor da violência enquanto monstro (Landini 2006).
- 15 Outro acontecimento importante que desencadeia uma nova fase do campo é quando o então Ministro da Educação do governo Temer, Mendonça Filho (DEM), recebe o ator para uma audiência em maio de 2016 com a intenção de discutir propostas para os rumos da educação no Brasil. O projeto “Escola Sem Partido”, que defende o fim da “doutrinação ideológica”, que incluiu a “doutrinação da ideologia de gênero” foi apresentado pelo ator. Diante dessa visita, a ex-ministra da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres no governo eleito de Dilma Rousseff (PT), comentou em suas

redes sociais: *(nome do ator) não só assume ter estuprado, mas fez apologia ao estupro*, relembrando o caso e criticando a postura do ministro. O ator abre um processo por danos morais contra as declarações da ex-ministra. Podemos notar que nos dois casos há uma busca por justiça por parte dos setores sociais ligados a movimentos sociais e feministas frente às declarações do ator, mas quem vai à justiça e processa essas mulheres é o ator. Na primeira instância, ocorrida em abril de 2017, a ex-ministra é condenada a pagar 10 mil reais em indenização. Em sua conta no *Facebook*, faz uma postagem lamentando a decisão judicial:

Tal sentença assinada por uma mulher revolta a todas as mulheres, pois o estupro é crime hediondo e inafiançável. Lamentavelmente a condenação não atinge só a mim, mas as mulheres que lutam há séculos contra o estupro, contra as violências de gênero.

- 16 Novamente percebe-se uma coletivização e solidarização da luta por justiça, ligadas ao reconhecimento dessas categorias. Após a condenação há uma grande produção de matérias na mídia comercial, assim como há grande produção de conteúdos na mídia alternativa e de movimentos sociais. A discussão sobre *apologia ao estupro* volta à tona, aparece nas discussões tanto da mídia comercial quanto nos movimentos sociais; já a categoria *cultura do estupro* é apenas utilizada nas produções ligadas a movimentos sociais e feministas. Após a condenação em primeira instância, a ex-ministra e a atual deputada federal ligada ao PSOL escrevem uma carta que é publicada, no dia 10 de maio de 2017, na *Folha de São Paulo* pelo portal *Uol*, na seção a *#AgoraÉQueSãoElas*, intitulado: *(nome do ator) não nos calará*. Antes da audiência na segunda instância, setores sociais ligados a movimentos feministas e ao PT produzem conteúdos sobre a condenação, alegando que a condenação é parte da constatação da *cultura do estupro*. Em 24 de outubro de 2017, a ex-ministra é absolvida e declara: *Esta vitória é de todas as mulheres*.

Conclusão

- 17 Este caso torna-se emblemático para discutir como as disputas midiáticas e políticas em torno dos significados das categorias ligadas a violência sexual estão se constituindo através de disputas constantes entre setores que compõem a esfera pública. Além disso, permite entender como esses setores operam, como se influenciam e são influenciados pelos movimentos sociais e pelo sistema judiciário, quais as disputas que ocorrem e como ocorrem. Pensando também como esses processos estão permeados por silenciamentos e moralidades. Pude perceber o quanto os movimentos sociais, através das redes sociais, promoveram a visibilidade do caso. Essas movimentações e discussões fizeram com que a mídia comercial e o sistema judiciário pensassem sobre as noções de *cultura do estupro*, *apologia ao estupro* e *estupro*, além da discussão sobre os limites da liberdade de expressão. Apesar da mídia comercial e do sistema judiciário não compreenderem essas noções da mesma forma que os movimentos sociais, houve concessões. A história que anteriormente foi lida por parte da mídia comercial apenas como uma cena de sexo passou, após as discussões nas redes sociais, a ser lida como um “suposto estupro” – em que as categorias *sexo sem ou com consentimento* foram discutidas. A categoria *apologia ao estupro* durante esse processo também passa a ser aceita e discutida por esses setores.
- 18 Pelo que pude perceber, os conteúdos e discussões produzidos no ano de 2015 na mídia não comercial priorizaram as discussões em torno da categoria *cultura de estupro*. Nessas

produções notei que, enquanto a categoria *cultura de estupro* foi bem trabalhada, na maior parte das vezes carregada de explicações e exemplos, a categoria *estupro* foi “dada”, não carecia de explicação, era apenas tipificada como um *crime*. Já os conteúdos e discussões produzidos pela mídia comercial no ano de 2015, apenas por conta da repercussão que o caso teve nas redes sociais, giraram em torno dos questionamentos *se foi ou não estupro*. A questão era entender se houve ou não *consentimento* - categoria introduzida nessas produções a partir das discussões feitas nas redes sociais. Nessas produções, a categoria *estupro* aparece como *sexo sem consentimento*, mas poucas vezes como *crime*. Já na segunda parte do campo, que teve início após as declarações da ex-ministra, a discussão sobre *apologia ao estupro* foi priorizada tanto na mídia comercial quanto na mídia não comercial.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Heloisa Buarque. 2013. “Mídia, Sociedade e Cultura”. In: H. Almeida, J. H. B. E Szwako (org.), Local Global. São Paulo: Editora Berlendis.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque & MARACHINI, Laís Ambiel. 2017. “De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih”. Cadernos Pagu n. 50.
- BELELI, Iara. 2015. “O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais”. Cadernos Pagu n. 44.
- BUTLER, Judith. 2017. “Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COULDRY, Nick & CURRAN, James. 2003. “The Paradox of Media Power”. In: N. Couldry; J. Curran (org.), Contesting Media Power: Alternative Media in a Networked World. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- EFREM FILHO, Roberto. 2017. “A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima”. Cadernos Pagu n.50.
- DE LAURETIS, Teresa: "A Tecnologia do Gênero" in: H. B. Hollanda (org.) *Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- FASSIN, Didier. 2008. “Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals Anthropological Theory”. n. 4 pp. 333-344.
- FRASER, Nancy. 1990. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. Social Text n. 25/26, pp. 56-80.
- HUNT, Lynn. 2009. “A invenção dos direitos humanos: Uma história”. São Paulo: Companhia das Letras.
- LANDINI, Tatiana Savoia. 2006. “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração”. Cadernos Pagu n.26 pp. 225-252.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. “Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad”. Horizontes Antropológicos n. 21 pp. 41-65.

PARREIRAS, Carolina. 2008. Sexualidades no pontocom: espaços e (homo)sexualidades a partir de uma comunidade online. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

SARTI, Cynthia. 2011. “A vítima como figura contemporânea”. Caderno CRH v.24, pp. 51-61.

_____: 2014. “A construção de figuras da violência”. Horizontes Antropológicos. n. 42, pp. 77-105.

WILLIAMS, Raymond. 2016. “Televisão: tecnologia e forma cultural”. Minas Gerais: Editora PUC Minas, Boitempo.

NOTAS

1. Optei por não citar diretamente o nome do ator e de nenhum interlocutor por considerar que posso abrir um flanco de exposições.
2. Mídias hegemônicas seriam aquelas que possuem grande circulação e que apresentam uma produção de empresa comercial, apoiada em anunciantes (WILLIAMS, 2016). Seu poder relaciona-se ao seu papel econômico, cultural e comercial e por se estabelecer como parte central da sociedade contemporânea (ALMEIDA 2007; 2013).
3. Mídias comerciais não hegemônicas, definição que adotei para enquadrar aquelas que são financiadas por empresas, mas que não possuem grande alcance.
4. Uso a definição de Couldry e Curran (2003) que propõe uma definição de mídia alternativa abrangente e flexível e sem conotação moral, construída em contraposição à definição de mídia hegemônica: “media production that challenges, at least implicitly, actual concentrations of media power, whatever form those concentrations may take in different locations”(p.7).
5. O conceito de “mídia social” foi formulado por Miller em seu projeto “Why we post: a global perspective on social media”, conceito formulado para diferenciar redes sociais de outros tipos de mídia digital. Miller aponta que precisamos pensar as mídias sociais: *Twitter* e *Facebook*, como plataformas usadas para diferentes fins e não em suas formas e conteúdos; que serão detectados a partir da pesquisa etnográfica. Nesta pesquisa optei por analisar apenas alguns *posts* de figuras públicas no *Twitter*. No *Facebook*, optei por trabalhar apenas com o material produzido por “páginas de Facebook”, analisei “eventos públicos” e “notas públicas”.
6. *Agora É Tarde* foi um programa de entrevistas de televisão brasileira produzido pela *Eyeworks* e originalmente exibido entre 2011 e 2015 pela Rede Bandeirantes.
7. *Bandeirantes* é uma rede de televisão aberta comercial brasileira que pertence ao Grupo Bandeirantes de Comunicação, que como outros grupos midiáticos no país é uma empresa familiar.
8. Programa de entrevistas exibido nos finais de noite, com um lado cômico.
9. Que classifico como “mídia social”, conceito formulado por Daniel Miller em seu projeto “Why we post: a global perspective on social media”.
10. Estupro para essas narrativas se trata de sexo sem consentimento e é crime.
11. Esses dados foram coletados no dia 2 de maio de 2018.

AUTOR

ANA CAROLINA BRAGA AZEVEDO

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. A pesquisa que fundamenta este artigo foi financiada com uma bolsa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail : ana.braga.azevedo@usp.br